Comunicado N° 12/2025 - 24 de julho de 2025

Ref. Resolução PGJ n° 14/2025

O Centro de Apoio de Defesa do Patrimônio Público e Terceiro Setor informa sobre a recente publicação da **Resolução PGJ n° 014/2025**, datada de 18 de julho de 2025, que regulamenta a atuação das Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações e estabelece diretrizes para sua efetiva operação no Estado de Pernambuco.

Destacamos o papel fundamental do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Terceiro Setor (CAO-PPTS), conforme delineado nos artigos 4°, 5° e 58° da referida Resolução. Podendo ser consultado pelas Promotorias de Justiça, conforme previsto no art. 4°, para análise da situação jurídica, o cumprimento das finalidades e a adequação patrimonial, financeira, contábil e administrativa das entidades fundacionais. O art. 5°, por sua vez, dispõe que as Promotorias notifiquem o Centro de Apoio sobre diversas situações relevantes, como a interposição de recursos, a instauração de procedimentos preparatórios ou inquéritos civis, o ajuizamento de ações judiciais, a aprovação ou desaprovação de contas, e a instituição ou extinção de fundações privadas. Por fim, o art. 58 determina que as Promotorias comuniquem ao CAO-PPTS a expedição da Portaria aprovando ou não as contas das Fundações Privadas analisadas.

Lembramos que as solicitações de consultas devem ser acompanhadas de relatório e delimitação do tema, preferencialmente em forma de quesitos, evitando questões genéricas. As solicitações devem ser encaminhadas via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ao CAO-PPTS, mediante preenchimento do formulário Requerimento de Apoio à Atividade Fim (RAAF).

Para acesso à Resolução ([link](#)).

Resolução CNMP n° 300/2024

A Resolução n° 014/2025/PGJ é resultado da recente uniformização do sistema de velamento fundacional, estabelecida pela **Resolução n° 300, de 24 de setembro de 2024, do CNMP** ([link](#)). O objetivo da nova norma é esclarecer e delimitar o conceito de velamento das fundações privadas, qualificando a atuação ministerial para criar um arcabouço normativo que limite e qualifique a atuação do Ministério Público, garantindo o cumprimento da legislação sem excessos. Para aprofundamento, sugere-se a live "Impactos e novas práticas no velamento de fundações de direito privado" transmitida pela Escola Superior do Ministério Público do Paraná ([link](#)).

Regina Wanderley Leite de Almeida
Coordenadora do CAO-PPTS em exercício